

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
FABÍOLA ALBUQUERQUE LOBO
GUSTAVO ANDRADE

Coordenadores

Homenagens

Giselda Hironaka
Gustavo Tepedino
Luiz Edson Fachin
Rodrigo da Cunha Pereira
Zeno Veloso

DIREITO DAS
RELAÇÕES FAMILIARES
CONTEMPORÂNEAS
ESTUDOS EM HOMENAGEM A
PAULO LUIZ NETTO LÔBO

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

X123 Direito das relações familiares contemporâneas: estudos em homenagem a Paulo Luiz Netto Lôbo / Marcos Ehrhardt Júnior, Fabíola Albuquerque Lobo, Gustavo Andrade (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

568p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0700-5

1. Direito Civil. 2. Direito das Sucessões. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Lobo, Fabíola Albuquerque. III. Andrade, Gustavo. IV. Título.

CDD 347
CDU 342.1

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LOBO, Fabíola Albuquerque; ANDRADE, Gustavo (Coord.). *Direito das relações familiares contemporâneas: estudos em homenagem a Paulo Luiz Netto Lôbo*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 568p. ISBN 978-85-450-0700-5.

SUMÁRIO

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMENAGEADO Marcos Ehrhardt Jr.	17
--	----

APRESENTAÇÃO Os Coordenadores	21
---	----

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

QUEM É PAULO LÔBO? UM PEQUENO RECORTE DE SUA VIDA Rodrigo da Cunha Pereira	27
---	----

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE FAMÍLIA Fabiola Albuquerque Lobo	31
1 Breves considerações sobre os princípios constitucionais.....	31
2 A estrutura normativa bidimensional do sistema jurídico constitucional.....	32
3 Subprincípios constitucionais aplicáveis ao Direito de Família	38
4 Conclusão	46

PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE NO DIREITO DE FAMÍLIA Ricardo Calderón	49
1 O percurso construtivo da afetividade.....	49

2	O perfil principiológico da afetividade no Direito de Família contemporâneo	53
3	Projeções da leitura jurídica da afetividade	64
	Referências	69

A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO E SUAS APLICAÇÕES AO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES

Flávio Tartuce	73
1 O Novo Código de Processo Civil. Panorama geral. A inclusão da técnica da ponderação no texto legal.....	73
2 A técnica da ponderação segundo Robert Alexy. Confrontação com a regra do art. 489, §2º, do novo CPC	77
3 Algumas aplicações concretas da técnica da ponderação no Brasil.....	81
4 Críticas ao uso da técnica da ponderação no Brasil e premissas para o seu afastamento.....	89
5 Aplicações da técnica da ponderação para resolver problemas de Direito de Família e das Sucessões no Brasil.....	92
6 Conclusão	102
Referências	103

LIBERDADE E FAMÍLIA: UMA PROPOSTA PARA A PRIVATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS E CONVIVENCIAIS

Renata Vilela Multedo	105
1 Introdução.....	105
2 Liberdade e família.....	111
3 Uma proposta para a privatização das relações conjugais e convivenciais	117
4 Limites e justificativas para e intervenção estatal	123
5 Conclusão	127
Referências	130

PATRIMÔNIO MÍNIMO EXISTENCIAL: BENS PARA ALÉM DAS FAMÍLIAS

José Barros Correia Junior	133
Referências	154

NOVOS DESAFIOS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS E PARENTAIS

PAULO NOSSO DE CADA DIA

Luiz Edson Fachin	159
--------------------------------	-----

PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA: O ATO FATO QUE SE TORNA RELAÇÃO JURÍDICA

Rodrigo da Cunha Pereira	161
1 Da mudança de paradigmas nas relações de parentesco.....	161
2 O afeto como valor e princípio jurídico.....	162
3 A família como estruturação psíquica.....	164
4 Da posse de estado de filho.....	165
5 Paternidade e filiação desbiologizada – uma das primeiras e mais conhecidas parentalidades socioafetivas: a família de Nazaré.....	167
6 O costume como principal fonte do direito: a força dos fatos	168
7 A boa-fé objetiva e o <i>venire contra factum proprium</i>	169
8 Socioafetividade e multiparentalidade.....	171
9 Conclusão	175
Referências	176

REFLEXÕES SOBRE A MULTIPARENTALIDADE E A REPERCUSSÃO GERAL N^o 622 DO STF

João Ricardo Brandão Aguirre	177
1 Introdução.....	177
2 A presunção <i>pater is est</i> e o sistema patriarcal do Código Civil de 1916	180

3	O novo paradigma constitucional e a tutela das relações socioafetivas: da consolidação da afetividade como princípio fundamental das relações familiares ao reconhecimento da multiparentalidade	186
4	A Repercussão Geral nº 622 do STF e o reconhecimento da multiparentalidade	201
5	Considerações finais: caminho aberto para um terceira via, não excludente.....	209
	Referências	210

A DESJUDICIALIZAÇÃO DA MULTIPARENTALIDADE VOLUNTÁRIA

Patricia Ferreira Rocha	213
Introdução	213
1 Filiação: legitimação, desbiologização e multiparentalidade.....	214
2 O reconhecimento voluntário da filiação e o provimento nº 63/2017 do CNJ	218
3 A desjudicialização da multiparentalidade voluntária.....	222
Conclusão	232
Referências	233

A MULTIPARENTALIDADE NA PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL E SEUS REFLEXOS SUCESSÓRIOS

Karina Barbosa Franco	237
Introdução	237
1 O instituto da multiparentalidade na perspectiva civil-constitucional	238
1.1 Origem e sua conceituação.....	238
1.2 A decisão do STF no RE nº 898.060, a tese fixada em repercussão geral e suas consequências.....	248

2	O exercício da multiparentalidade e seus efeitos jurídicos patrimoniais.....	255
2.1	Em relação aos direitos sucessórios	258
	Conclusão	271
	Referências	273

AS CAUSAS LEGAIS DA SEPARAÇÃO E A REALIDADE SOCIAL: RELEITURA DE UM ESTUDO SOCIOJURÍDICO

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira.....	277
1	Introdução..... 277
2	As causas legais da separação judicial litigiosa 281
3	Principais resultados da pesquisa realizada no período de 1996 a 2000 na cidade do Recife – uma releitura 283
3.1	Método utilizado 283
3.2	Dados quantitativos dos processos distribuídos nas Varas de Família do Recife 284
3.2.1	Processos por ano de distribuição, segundo o procedimento 284
3.2.2	Processos de dissolução da sociedade conjugal, por ano de distribuição segundo o tipo de ação..... 285
3.2.3	Processos de separação litigiosa..... 286
3.2.3.1	Características socioeconômicas dos requerentes..... 286
3.2.3.2	A duração do casamento 287
3.2.3.3	As causas invocadas..... 287
3.2.3.4	As causas decididas..... 289
4	Reflexão dos resultados da pesquisa – do sistema híbrido (culpa e ruptura) ao sistema unitário (ruptura) nas formas de dissolução da conjugalidade 291
5	O fenômeno da emancipação da mulher como fator determinante dos conflitos conjugais 294
6	Conclusão 297
	Referências 298

PODER FAMILIAR NA PERSPECTIVA DO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL E A NECESSÁRIA INTERFERÊNCIA DA SOCIEDADE E DO ESTADO PARA O MELHOR INTERESSE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Catarina Oliveira	301
1 Autonomia da vontade e responsabilidades no Direito de Família constitucionalizado	301
2 Poder familiar no Direito Civil brasileiro	304
3 Para onde apontam os deveres parentais no poder familiar	307
4 Interferência estatal e intimidade familiar	310
5 Conclusão	315
Referências	316

QUESTÕES BIOÉTICAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

PAULO LÔBO – UM EDUCADOR

Zeno Veloso	321
--------------------------	-----

DIREITOS HUMANOS REPRODUTIVOS E REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA: LIBERDADE DE REPRODUZIR (?)

Luciana Brasileiro	325
1 A reprodução humana	325
2 Direitos humanos reprodutivos	326
3 Planejamento familiar	330
3.1 Lei do Planejamento Familiar	330
3.2 Liberdade de reprodução	333
4 A reprodução medicamente assistida	337
Referências	342

HOMOPARENTALIDADES ECTOGENÉTICAS E A (IM)POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO ENTRE IGUAIS: UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR NAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto	345
Introdução.....	345
1 Planejamento familiar no Brasil: uma análise da Constituição de 1988 em conjunto com a Lei nº 9.263/96	347
1.1 Direitos sexuais e reprodutivos como pressupostos de um planejamento familiar efetivo	350
1.2 O planejamento familiar e seus limites: a dignidade da pessoa humana e a parentalidade responsável	353
2 O planejamento familiar no âmbito da família homoafetiva	357
2.1 Argumentos contrários à homoparentalidade: o preconceito social como um obstáculo à consecução de direitos civis	359
2.2 A homoparentalidade à luz da Constituição Federal de 1988.....	361
2.3 Uma escolha legítima: a reprodução humana assistida como uma alternativa para os casais homoafetivos	365
Considerações finais.....	369
Referências	373

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES FAMILIARES

PAULO LÔBO, MEU AMIGO ANCESTRAL E MEU MESTRE
ETERNO

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka	379
--	-----

BREVES NOTAS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Marcos Ehrhardt Júnior	383
Introdução.....	383
1 Responsabilidade civil no Direito de Família.....	386
Considerações finais.....	395
Referências	397

O DANO EXISTENCIAL NO DIREITO DE FAMÍLIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA JURISPRUDENCIAL ITALIANA

Elaine Buarque	401
Introdução.....	401
1 Breves apontamentos acerca das diferenças entre os danos moral e existencial.....	403
1.1 O <i>danno esistenziale</i> na Itália	406
1.2 O dano existencial no Direito de Família a partir dos precedentes italianos.....	408
1.2.1 III Sessão Unida proferiu a Sentença nº 6.607, de 11 de novembro de 1986.....	408
1.2.2 III Sessão Unida da Corte de Cassação Civil, Sentenças nº 8.827 e nº 8.828, de 31 de maio de 2003.....	414
1.2.3 III Sessão Unida da Corte de Cassação, Sentenças nº 26.972 e 2.973, de 11 de novembro de 2008	417
2 O dano existencial e suas consequências nas relações de Direito de Família: casos brasileiros	420
Conclusão	425
Referências	428

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA MÃE GESTANTE POR DANOS AO NASCITURO

Mário Luiz Delgado	431
1 Introdução.....	431

2	O conceito de nascituro	433
3	O nascituro como titular de direitos da personalidade	434
4	Os deveres parentais de cuidado e de responsabilidade extensivos ao nascituro	435
5	A tutela do direito à integridade física e psíquica do nascituro durante a vida intrauterina	438
6	Dano genético e dano pré-natal	441
7	Responsabilizando a gestante: pressupostos e casuística	444
8	As ações de <i>wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i> . Um olhar sobre o Direito anglo-saxão	448
9	Conclusões	452
	Referências	454

RESPONSABILIDADE CIVIL E RELACIONAMENTO EXTRACONJUGAL

Ana Carla Harmatiuk Matos, Lígia Ziggiotti de Oliveira	457
1 Introdução	457
2 Danos morais na conjugalidade	459
3 Reflexão crítica sobre os deveres conjugais	461
4 Danos morais em razão de relações extraconjugais?	464
5 Além do dever de fidelidade	467
Considerações finais	470
Referências	471

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

AVE, PAULO LÔBO!

Gustavo Tepedino	477
-------------------------------	-----

MEDIAÇÃO FAMILIAR: NOVAS PERSPECTIVAS

Gustavo Andrade	479
1 Introdução	479
2 Situação do tema	481

3	Os diversos meios para a resolução de conflitos.....	483
3.1	Mediação e arbitragem	483
3.2	Mediação e conciliação	485
4	Mediação familiar	487
4.1	Definição	487
4.2	Interdisciplinaridade.....	490
5	Conclusão	492
	Referências	493

A TUTELA JURÍDICA DA TRANSEXUALIDADE NO BRASIL

Mariana Chaves, Fernanda Leão Barretto,

Rodolfo Pamplona Filho	495
1 Introdução.....	495
2 A despatologização das identidades trans	498
3 Sobre o direito à liberdade, à identidade pessoal e ao nome.....	506
4 O direito à cirurgia de transgenitalização.....	509
5 O direito à mudança do prenome e do sexo no registro civil com ou sem cirurgia	512
6 Considerações finais.....	524
Referências.....	525

LICENÇA-NATALIDADE: EM BUSCA DE UMA READEQUAÇÃO DE CONCEITOS EM UM NOVO DIREITO DE FAMÍLIA

Everilda Brandão Guilhermino	527
Para um novo direito, novas palavras.....	527
A família, de fato e de direito, na contemporaneidade	530
O caminhar da evolução legislativa em busca da ampliação da proteção à maternidade.....	532
Por uma alteração de palavras e de conceitos	536
Referências	541

PLANEJAMENTO PATRIMONIAL FAMILIAR: AS HOLDINGS

Paula Falcão Albuquerque,

Danilo Rafael da Silva Mergulhão 543

Considerações iniciais..... 543

1 A constitucionalização do Direito Civil: família, contratos e
propriedade 545

2 Planejamento e blindagem patrimonial 551

3 *Holding* familiar como forma de planejamento patrimonial
familiar 556

Considerações finais..... 561

Referências 562

SOBRE OS AUTORES 565